

A TRAJETÓRIA DE ESTUDOS DO GRUPO LUTE E O NECESSÁRIO DIÁLOGO COM GRAMSCI

The trajectory of studies by the group Lute and the necessary dialog with Gramsci

*Ivan Penteado Dourado¹
Mariléia Maria da Silva²*

RESUMO: O presente artigo, organizado em três blocos, apresenta as produções do grupo de estudos Lutas Sociais, Trabalho e Educação (Lute) vinculado ao Centro de Ciências Humanas e da Educação (Faed/Udesc) que completa, neste ano de 2024, dez anos de existência. As nove pesquisas expostas, ancoradas na perspectiva do materialismo histórico-dialético, ao se apropriarem do repertório categorial de Antonio Gramsci, dentre os quais, Estado integral, aparelhos privados de hegemonia, e intelectuais orgânicos, para pensar as políticas educacionais no Brasil, América Latina e África, contribuem para superar a clivagem simplista e linear de “público versus privado”, redimensionando-a à perspectiva da totalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Grupo de pesquisa. Gramsci. Política educacional. Estado.

ABSTRACT: This article, organized into three blocks, presents the productions of the study by the group named ‘Lute’ in portuguese, that is the acronym of Social Struggles, Work and Education, linked to the Centre for Human Sciences and Education (Faed/Udesc), which is celebrating its tenth anniversary in 2024. The nine pieces of research presented, anchored in the perspective of historical-dialectical materialism, by appropriating Antonio Gramsci's categorial repertoire, including the integral state, private apparatuses of hegemony and organic intellectuals, to think about educational policies in Brazil, Latin America and Africa, contribute to overcoming the simplistic and linear divide of “public *versus* private”, resizing it from the perspective of totality.

KEYWORDS: Research group. Gramsci. Educational policy. State.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar as produções do Grupo de Estudos Lutas Sociais, Trabalho e Educação (Lute) ancoradas na perspectiva do materialismo histórico-dialético, valendo-se das contribuições de Gramsci, particularmente, para pensar as políticas educacionais no Brasil, América Latina e África. O grupo Lute, vinculado ao Centro de Ciências Humanas e da Educação (Faed/Udesc) completa, neste ano, dez anos de existência. Sua origem está diretamente relacionada com a necessidade de fortalecer os estudos e pesquisas nesse campo no interior de uma universidade pública.

Quando o grupo de estudos foi formalizado no CNPq havia no Centro de Ciências Humanas e da Educação (Faed), da Udesc, poucos professores e professoras movidos pelo interesse de pensar suas pesquisas na perspectiva do materialismo histórico-dialético. Rigorosamente, dentro desse restrito grupo, o que havia, na verdade, era a disposição para uma atuação profissional e militante de construir e, ao mesmo tempo, não deixar morrer, o espírito inquieto da Faculdade de Educação (Faed) de mobilização contra as mazelas que se abatiam e se abatem sobre a educação no país. Nesse histórico, valiosos colegas - alguns aposentados, outros ainda na ativa - nos motivavam a seguir a nossa sina de luta, realizando debates, articulações com os movimentos sociais, movimento estudantil e, sobretudo, na organização sindical do corpo docente. E isso não ‘apenas’ na práxis, mas também na produção de conhecimento científico.

Em que pese esse cenário, ora mais combativo, ora mais acomodado, a depender das flutuações conjunturais no âmbito nacional das lutas da classe trabalhadora no enfrentamento das políticas de contrarreformas impostas nas últimas décadas, ressentíamos de um espaço de discussões que pudesse fortalecer o aprofundamento de pesquisas na perspectiva marxista, que embora estivesse presente no horizonte mais amplo, sua existência nem sempre se colocava com maior rigorosidade no que se refere ao método propriamente dito. Dando vazão a esse anseio, nasceu o grupo oficialmente em 2014. Primeiro como grupo de estudos, envolvendo alguns professores, convidados externos e estudantes, logo depois veio a formalização no CNPq e, na sequência, a conquista de um espaço físico³.

A vinculação de estudantes de pós-graduação e bolsistas de iniciação científica ao Lute foi de fundamental importância para criar e solidificar uma base marxista de estudos e pesquisas, particularmente no campo das políticas educacionais. Uma das questões que nos mobilizavam desde o início, e nos mobilizam até o presente, é a possibilidade de produções baseadas em análises das políticas educacionais de forma mais aprofundada e crítica em relação às produções dominantes. Seja pela superação da insuficiente dualidade na qual as análises das políticas públicas são comumente apresentadas, ou seja, de um lado o dito ‘setor público’, com suas supostas virtudes e potencialidades e, de outro, o ‘privado’ com suas malvadezas e ganâncias. Para esse, geralmente, são dirigidas todas as críticas numa suposta necessidade de salvação do “setor público” como um oásis no terreno dominado pelo capital. Entendíamos essa dicotomia como fruto de uma apropriação aligeirada e ingênua da relação capital-trabalho, ainda que plenamente motivada pela defesa da educação pública e de boas intenções na crítica à realidade atravessada pelo modo de produção capitalista.

Os estudos e pesquisas, ao abrigo do grupo Lute, ao se debruçarem sobre as políticas educacionais formuladas nas últimas décadas, englobando desde o Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (PSDB, 1994-2002), passando pelos governos petistas de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), até mais recentemente pelo de Temer (MDB, 2016-2018), Bolsonaro (PL, 2019-2022),

e pelo terceiro mandato de Lula (2023), têm evidenciado a complexidade envolvida nessas diferentes conjunturas políticas. Assim superando, portanto, o mero exame da filiação partidária e suas ideologias como critério central no escrutínio da natureza das políticas nas suas diferentes dimensões.

Nesses termos, a pergunta que nos moveu (e move) pode ser assim reformulada: Como superar a clivagem “público versus privado” na análise das políticas educacionais e redimensioná-la à perspectiva da totalidade?

Munidos da referida problemática, procuramos trazer uma síntese dos estudos produzidos nos níveis de mestrado e doutorado⁴, evidenciando o fio condutor que orienta o Lute, o materialismo histórico-dialético. E, no bojo desse, destacar a contribuição de Antonio Gramsci, o comunista italiano que não mediu esforços para compreender e transformar a realidade de seu tempo, deixando o seu legado. Estes estudos e pesquisas, abaixo apresentados, são resultados de orientações coletivas e individuais, de estudos detidos e aprofundados de obras marxistas feitos em grupo, com encontros quinzenais. O Lute entende que a produção de conhecimento não se faz no isolamento individual, mas na coletividade, que estuda, dialoga, troca e produz. É nesse espaço de formação coletiva e crítica e que se efetiva a práxis fundante na produção de conhecimento científico, conforme apresentaremos.

A PRODUÇÃO DO GRUPO LUTE E O NECESSÁRIO DIÁLOGO COM GRAMSCI

Podemos dizer que o marco inicial das pesquisas do Lute lançando mão de Gramsci para o diálogo na produção de conhecimento científico deu-se com a investigação de Jung (2014)⁵, *O mercado de trabalho e o jovem trabalhador na “Sala de Emprego” do Jornal Hoje*. Nessa dissertação, a autora desenvolve um estudo sobre a mídia televisiva e sua influência na orientação dos jovens para o mercado de trabalho mediante o quadro “Sala de Emprego”, exibido no telejornal Jornal Hoje, da rede de televisão Rede Globo. Foram selecionadas as edições do quadro exibidas entre maio de 2012 a maio de 2013. Na análise, observou-se que o par “empregabilidade” e “competências” constituía os discursos que eram dirigidos ao público. Em uma linguagem sedutora apresentava as mil maravilhas de um mundo a ser acessado pelos jovens se esses estivessem dispostos a seguir as “dicas” infalíveis dos consultores trazidos pela emissora.

O propósito do trabalho foi de analisar como as demandas do capital em relação aos jovens trabalhadores são sistematizadas no quadro “Sala de Emprego”, buscando apreender os pressupostos sobre os quais o discurso da mídia televisiva está fundamentado; analisar os conceitos de qualificação, empregabilidade e empreendedorismo; identificar o perfil de jovem trabalhador e o retrato do atual mercado de trabalho delineados pelo programa. Gramsci já comparece pelo conceito de Aparelhos Privados de Hegemonia (APH), o que possibilitou a compreensão de como a mídia

televisiva tem atuado na manutenção do consenso em torno da ideologia neoliberal, apregoando a responsabilização individual pela conquista de um lugar no mercado de trabalho.

A pesquisa de Teixeira (2019) objetivou analisar a concepção educacional da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) por meio de uma análise da revista *Indústria & Competitividade*, no período de 2013 a 2018. A revista, publicada pela primeira vez em 2013, é um periódico pertencente à Fiesc, à época com circulação quadrimestral, destinada a divulgar ideias e ações do setor industrial catarinense para empresários, políticos, imprensa, dentre outros. O estudo evidencia que a revista visa disseminar as ideias da Fiesc mediante a elaboração de um consenso ativo da sociedade. Os diversos temas que são abordados na revista, tais como qualidade da educação, escolaridade e produtividade dos trabalhadores, modelo educacional, currículo das escolas e das universidades e formação de professores, são, via de regra, tratados em artigos de opinião e/ou matérias produzidas pela própria revista.

Importante destacar que as proposições presentes nesse veículo, embora não sendo especializado em educação, difunde fortemente uma perspectiva de educação, qual seja, a amplamente difundida Teoria do Capital Humano (THC), agora atualizada com os discursos de pedagogia das competências e competências socioemocionais. O diferencial da revista são os seus autores, entendidos, na perspectiva gramsciana, como intelectuais orgânicos do capital, responsáveis por formular e divulgar a concepção de mundo da Fiesc, importante APH das frações burguesas catarinenses.

Na sequência, tivemos na pesquisa de mestrado de Nienkotter (2023) a possibilidade de investigação dos intelectuais da fração burguesa do capital e suas estratégias. Na dissertação intitulada *Dirigir o pensamento e influir no futuro: A (re)produção de consensos sobre a educação básica brasileira*, a autora analisou as concepções de educação presentes nos artigos de opinião publicados entre 2016 e 2021 no jornal Valor Econômico, ao interrogar quais seriam as principais problemáticas relacionadas à educação levantadas por esses autores e quais soluções apresentam, quem são esses autores que escrevem no periódico, e quais aparelhos de hegemonia estão vinculados. A opção por esse veículo justificou-se pela sua influência no mundo empresarial e econômico do país.

Pela análise dos artigos publicados, cotejando com alguns documentos (legislação, resoluções, dentre outros) sobre a educação básica, foi possível identificar que as pautas recorrentes nos artigos de opinião veiculados pelo jornal foram a Base Nacional Comum Curricular e o Novo Ensino Médio, a questão da formação e carreira docente, o financiamento e a gestão da educação básica pública, capital humano e produtividade. As categorias de Estado integral, intelectual orgânico e consenso foram fundamentais para apreender o mundo empresarial.

Os principais achados da pesquisa apontam para a consolidação de uma concepção de educação como fator de produção, incumbida pela formação de capital humano. Partindo dessa

premissa, os artigos fazem a defesa da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio (nº13.415/2017) como reformas vitais para o progresso econômico do país. No que tange à carreira do professor, predomina a lógica de responsabilização individual do docente como figura central pelo sucesso ou fracasso da educação. O debate sobre a gestão pública comparece de forma a apontar a ineficiência do Estado e a necessária participação da chamada ‘iniciativa privada’ na gestão do fundo público. A leitura crítica dessas argumentações produzidas para construir os consensos em torno da educação por parte de intelectuais orgânicos do capital, vinculados a uma gama de APHs, revela a lógica da ampliação da produtividade do trabalho como elemento fundamental para garantir a reposição das taxas de lucro para os capitalistas.

A pesquisa de tese produzida por Santos (2019)⁶, *Formação continuada na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis: Financeirização da educação básica e a (con)formação docente*, examinou a inserção organizada dos empresários na política de formação continuada dirigida aos professores do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, no período de 2005-2016, apontando a articulação dessa política de formação com o circuito de valorização do valor no contexto capital-imperialista.

O estudo, de natureza qualitativa, mediante o uso de entrevistas, análise de documentos oriundos de organismos multilaterais, organizações da sociedade civil, contratos efetivados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) com o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) e com empresas, assim como análise de redes sociais de empresas contratadas para prestar formação continuada aos professores, revela a natureza das reformas do Estado desde os anos de 1990. Pela análise do rico material foi possível evidenciar que a reforma do Estado, iniciada na década de 1990, possibilitou e ampliou os mecanismos de gerenciamento do privado no âmbito do Estado integral no que diz respeito à escola pública e sua política de formação continuada.

Segundo a autora, um arcabouço jurídico-normativo vem sendo construído com o objetivo de garantir a atuação empresarial na execução de direitos sociais como saúde e educação, possibilitando que as ditas ‘parcerias público-privadas’ se instalem no aparelho de Estado, apropriando-se do fundo público e corroborando com o processo de mercadorização e privatização da educação básica. No município de Florianópolis, particularmente, empresas e institutos designados como de natureza privada sem fins lucrativos têm atuado na condução da formação continuada dos professores. Tal processo foi verificado pelo exame do contrato de empréstimo nº 3079/0C-BR realizado entre a PMF e o BID.

As consequências mais imediatas para a formação continuada dos professores revela-se pelo recuo teórico na formação, na valorização das habilidades e competências, e no estabelecimento do consentimento ativo dos professores e dos futuros trabalhadores ao projeto das frações empresariais organizadas nos mais distintos aparelhos de hegemonia. Além disso, destaca o processo de

financeirização da educação básica mediante a participação dessas empresas que oferecem formação continuada no circuito de valorização do valor, por comporem grandes conglomerados empresariais, que operam no ramo produtivo e figuram no contexto da financeirização por meio da abertura de seus capitais nas bolsas de valores, sob o predomínio do capital fictício e portador de juros, constituindo uma fusão de capitais, marca do contexto capital-imperialista.

A tese de doutoramento de Decker (2024), intitulada *Os intelectuais orgânicos do capital na formulação de políticas educacionais para o ensino médio*, partiu da problematização das relações existentes entre os intelectuais orgânicos do capital e a formação da juventude trabalhadora brasileira, buscando compreender como esses intelectuais formulam e difundem, no âmbito do Estado ampliado, as políticas educacionais para o ensino médio, especificamente entre as décadas de 1990 e 2020, momento no qual a escola secundária passou por três contrarreformas: O Decreto nº 2.208/97, que dissociou a formação profissional da formação acadêmica no ensino médio em conjunto com a Resolução CNE/CEB nº 3/1998, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio; o Decreto nº 5154/2004, que retomou a possibilidade de integração entre o ensino médio e a educação profissional e a Resolução CNE/CEB nº 2/2012, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio e, por fim, a Lei 13.415/2017 que instaurou novas bases e promoveu um reordenamento do ensino médio (forma e conteúdo curricular), com a Resolução CNE/CEB nº 3/2018, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM).

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem metodológica qualitativa, mediante revisão bibliográfica e análise de documentos oriundos dos intelectuais coletivos do capital e diversos aparelhos privados de hegemonia do capital. A autora trabalhou com a hipótese de que a expansão do capital e o aprofundamento da extração de mais-valor impõem a sujeição da classe trabalhadora à precariedade do trabalho e à conformação da sociabilidade e da hegemonia burguesa.

A tese defendida é a de que a escola secundária pública, tomada como lócus de formação dos filhos da classe trabalhadora, vem constituindo-se fortemente como espaço de disputa pelo empresariado por meio da atuação dos intelectuais orgânicos do capital. Esses, como formuladores e organizadores da cultura, atuam na construção de um projeto multifacetado para criação das condições necessárias à acumulação do capital, isto é, elaboração de uma profissionalização/escolarização reclamada pelo capital e exploração precoce da força de trabalho juvenil, bem como produção de acomodação e apassivamento social, atuando na direção política, moral e cultural da juventude.

Faust (2024), com a tese *A hibridização e a flexibilização das relações de trabalho de professoras na atuação de Organizações da Sociedade Civil: Novas Formas de subsunção ao capital*, investiga os vínculos de trabalho das professoras da educação infantil na Rede Municipal de

Ensino de Florianópolis (RME), no âmbito do processo de reconfiguração das relações público-privadas, no período compreendido entre 2011 e 2020. Em uma abordagem quantitativa e qualitativa, a autora trabalhou com três fontes de documentos: aqueles produzidos pelo Banco Mundial (BM) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no que se refere às mudanças nas relações de trabalho e das chamadas parcerias público-privadas na educação; documentos e publicações pelo Ministério da Educação (MEC), Todos pela Educação (TpE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada(IPEA); por fim, publicações produzidas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (Sintrasem).

A análise documental foi cotejada com os dados disponibilizados pelo Laboratório de Dados Educacionais (Universidade Federal do Paraná/Universidade Federal de Goiás) e com as sinopses produzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O estudo destaca a função do Estado e a atuação dos Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) e Intelectuais Orgânicos burgueses no direcionamento à subsunção da educação ao capital pelo repasse direto do fundo público municipal à sorganizações privadas, em forma de subvenções, demonstrando a consonância da política local com as estratégias defendidas pelo TpE, BID e BM para a Educação Infantil e para as relações de trabalho das professoras, centradas nas chamadas ‘parcerias público-privadas’.

A autora revela que os novos tipos de contrato entre a Prefeitura e as organizações privadas teve início, em Florianópolis, com a contratação da Associação de Saúde São Bento, efetivando o alargamento da política de ampliação da apropriação do fundo público. A consequência disso é o aprofundamento de novas formas de contratos que afetam diretamente a relação de trabalho dessas profissionais. Essa prática alçou-se como uma política de caráter estatal,atravessando todos os governos do período estudado.

O envolvimento de organismos multilaterais no incentivo a essa política sinaliza a relação orgânica de interesses compartilhados entre a burguesia local e a internacional, confirmando o pacto de classe. Conclui-se que a precarização do trabalho, necessária à recomposição e ampliação do capital, expressa-se na hibridização e flexibilização, que geram a instabilidade dos vínculos de trabalho, elemento-chave para a manutenção da expropriação de mais-valor. Assim, o mecanismo legal intitulado como ‘parceria público-privada’ tem sido apresentado pelo capital para os países da América Latina e Caribe como forma privilegiada de continuação do projeto de privatização da educação. Essa forma é mais efetiva na construção do consenso sobre tal projeto do que a privatização clássica, uma vez que busca camuflar a disputa pelo fundo público e constrói a ideia de educação como serviço e não como direito social, abrindo caminhos para o empresariamento de novo tipo na educação.

Morais (2023) no estudo de mestrado, *O movimento pela Base e a (con)formação da classe*

trabalhadora no Novo Ensino Médio, analisa os impactos sobre as relações entre o Estado e o Movimento Pela Base (MPB) na configuração do Novo Ensino Médio e, conseqüentemente, na formação da classe trabalhadora. A autora questiona qual a natureza da formação defendida pelo Movimento Pela Base no ensino médio e os principais interlocutores desse movimento, entendido como um importante aparelho privado de hegemonia da classe dominante. A abordagem metodológica foi de cunho qualitativo, com análise de documentos oriundos do Movimento Pela Base, incluindo as chamadas ‘organizações da sociedade civil’, das organizações multilaterais, assim como leis e portarias, análise de redes sociais, e plataformas de dados de pesquisa em sites. A autora destaca que a contrarreforma do ensino médio não surgiu após o golpe de 2016, dado que já estava sendo costurada pelas organizações transnacionais, pela mídia, pelos intelectuais do capital e pelas diversas frações burguesas, com características claras de naturalização das novas formas de reprodução do trabalho e acumulação do capital. A pesquisa revela a importância do Movimento pela Base na análise das condições de constituição do aparato hegemônico constituído em torno da nova reorganização produtiva do capital, da complexificação da ação empresarial no Estado e seus impactos na educação.

O pesquisador angolano Kalenguessa (2023) produziu uma pesquisa que se debruçou em identificar a relação entre o Banco Mundial com o Ministério da Educação de Angola (MED), na proposição de uma política pública intitulada *Projeto Alfabetização para Todos (PAT I)*. Sob o título *Desafios educacionais e democráticos em Angola: cultura e mercado em perspectiva antagônicas*, o autor analisou as principais determinações da articulação do PATI (Projeto Aprendizagem para Todos), desenvolvido pelo Ministério da Educação de Angola (MED) e o Banco Mundial (BM), no direcionamento das políticas educacionais defendidas pelo próprio banco para o continente africano, particularmente, Angola. O autor, ao problematizar a natureza do PAT I, conclui pela existência de uma conexão com a agenda imperialista.

O projeto parte do pressuposto de que o PAT I está diretamente alinhado à visão do BM para o desenvolvimento da região da África subsariana, cujo escopo se assenta na estratégia proposta em três temas interdependentes, a saber: competitividade e emprego; vulnerabilidade e resiliência; e governação e capacidade do setor público - na qual permeia a relação Estado e mercado como parceiros indissociáveis para a promoção da redução da pobreza.

O procedimento técnico adotado para a pesquisa foi de caráter documental (artigos, revistas, websites, legislação), tomando como categoria central de análise a interpretação de imperialismo em Lenin (2021), de capital-imperialismo em Virgínia Fontes (2010), de Estado integral e intelectual coletivo em Gramsci (2016), bem como os estudos sobre o Banco Mundial feitos por Pereira (2010, 2012, 2021).

A pesquisa da tese de Melgarejo (2024), com o título *As políticas educacionais sob a*

hegemonia burguesa: a atuação da Rede Latino-americana de Entidades da Sociedade Civil pela Educação, apresenta um estudo sobre a Reduca (Rede Latino-americana de Entidades da Sociedade Civil pela Educação). Lançada em Brasília no ano de 2011, durante o congresso internacional organizado pelo movimento empresarial Todos pela Educação, intitulado “Educação: Uma Agenda Urgente”, contou com o patrocínio do BID e de grandes empresas e fundações empresariais.

O autor compreende a Reduca como uma frente móvel de poder transnacional articuladora dos interesses particulares das classes dirigentes a fim de que se apresentem como interesse geral da sociedade e se expressem em políticas públicas nas redes de educação dos países latino-americanos. A rede abrange aparelhos privados de hegemonia fortemente vinculados ao setor empresarial, com destaque para o capital financeiro, proprietários dos meios de comunicação de massa e as maiores indústrias de cada país.

Na pesquisa houve o exame de publicações, eventos e atuação de membros associados, quais sejam, a Fepade (El Salvador), Fundación Omar Dengo (Costa Rica), Educa (República Dominicana), Ferema (Honduras), Eduquemos (Nicarágua), Educar 2050 (Argentina), Empresarios por la Educación (Colômbia), Empresarios por la Educación (Guatemala), Grupo Faro (Equador), Todos pela Educação (Brasil), Mexicanos Primero (México), Empresarios por la Educación (Peru), Educación 2020 (Chile), Juntos por la Educación (Paraguai), e Unidos por la Educación (Panamá).

As ações da Reduca são copiosamente publicizadas no plano midiático, com campanhas de amplo alcance, presença marcante no noticiário e debates televisivos. E sua articulação se estreita com organismos supranacionais, organização de eventos, projetos educativos de grande abrangência financiados por governos nacionais e locais, com ênfase no uso de tecnologias e aprendizagem socioemocional, além de uma conexão explícita entre intelectuais dos aparelhos privados estudados e os aparelhos de Estado, no constante debate sobre a agenda de políticas educacionais, na entrada dos quadros intelectuais ao aparelho de Estado e na articulação direta com os ministros da Educação dos países estudados.

Quatro eixos de políticas públicas se destacam: a defesa da educação infantil; a avaliação em larga escala calcada nos exames organizados pela UNESCO e pela OCDE; a profissionalização docente, que envolve um conjunto de políticas meritocráticas para a carreira do magistério; a redução do currículo escolar às necessidades imediatas do mercado de trabalho.

GRAMSCI NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS DO GRUPO LUTE

Sabe-se que a obra de Gramsci não pode ser compreendida de forma estanque e que as categorias de análise desenvolvidas pelo autor devem ser apreendidas num movimento dialético de par conceitual. Além disso, existe todo um debate sobre a sua “tradutibilidade”

(Del Roio, 2023, Fresu, 2020). Cientes desse compromisso com a rigorosidade da fortuna teórica de Gramsci e, ao mesmo tempo, considerando o curto espaço do presente artigo, optamos por comentar brevemente, em três blocos, as pesquisas desenvolvidas pelo Lute; considerando como critério nessa divisão as características empíricas dos estudos e, em decorrência disso, alguns conceitos de Gramsci centrais nestes blocos.

O primeiro bloco de estudos, constituído pelas pesquisas de Jung (2014), Teixeira (2019) e Nienkotter (2023), têm em comum a busca por compreender as políticas educacionais fora dos espaços educativos formais, propriamente dito, dando ênfase aos consensos construídos pelas diferentes frações burguesas, representadas por seus intelectuais orgânicos nos diferentes APHs; respectivamente, um representante da mídia televisiva clássica, um representante da mídia impressa em formato acadêmico e, por fim, a mídia eletrônica em formato de jornal.

Não seria novidade constatar que esses diferentes espaços privados (a Rede Globo de Televisão, a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) e o Jornal Valor Econômico - também da Globo) veiculam matérias e artigos de opinião que são, obviamente, apresentados de forma a corroborar com a visão de mundo de seus proprietários, investidores e patrocinadores. Ou seja, não existe mídia imparcial. A questão fundamental é problematizar como essa visão de mundo particular de uma classe, que é hegemônica, legitima-se e torna-se universal, mesmo considerando os prejuízos que tal ideologia acarreta para a classe subalterna.

Conforme Gramsci (2007), a imprensa e os jornais são aparelhos primordiais no processo de construção do trabalho educativo hegemônico do Estado. Por essa razão, os considera como verdadeiros partidos, nos quais as batalhas entre ideias consonantes e dissonantes são travadas de modo a construir consensos em torno das necessidades de frações de classes, coletivos e governos, de modo a preservar as demandas do capital que, por sua vez, movimenta-se por contradições. Tais contradições são materializadas na luta de classes, travada entre os proprietários dos meios de produção e os portadores da força de trabalho, que produzem a riqueza social que é apropriada privadamente pelos primeiros.

Nesses termos, é de grande interesse do Estado garantir um determinado nível de conformismo social. Para Gramsci (2019, p.23), o propósito da tarefa formativa e educativa do Estado é o de “[...] criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo

desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade”.

Portanto, os jornais, as revistas e o setor editorial configuram-se como pontos de contato essenciais entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre a força e o consenso, convertendo-se em instrumentos do Estado para “[...] organizar e centralizar certos elementos da sociedade civil quando quer iniciar uma ação pouco popular” (Gramsci, 1975 *apud* Aliaga, Bianchi, 2011, p.31).

Alertam os autores acima, referendados em Gramsci, que os distintos órgãos da opinião pública, quando trabalham na formação do consenso, estão educando. Ou seja,

[...] conformam mentalidades e aceitação em torno de determinadas ideias e políticas. Gramsci, deste modo, contraria a ideia mesma de “opinião pública”, ou, melhor, ele põe em relevo seu caráter “privado”, mostrando que toda opinião está ligada por muitos fios, às vezes não imediatamente perceptíveis, aos grupos de interesse e às classes sociais (2011, p. 31).

Nas palavras do próprio Gramsci (2007, p. 265):

O que se chama de ‘opinião pública’ está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil. [...] A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública - jornais, partidos, Parlamento -, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica.

No segundo bloco, as pesquisas de Santos (2019), Faust (2023), Decker (2023) e Morais (2023) apresentam como ponto comum análises de documentos produzidos nos âmbitos dos governos Federal, Estadual e Municipal, no que se refere às políticas educacionais para a educação básica e formação de professores. Tais estudos levam em consideração o cenário atual de contrarreformas do Estado e suas conexões com os documentos produzidos pelos diferentes aparelhos de hegemonia das distintas frações burguesas e organismos multilaterais, como forma de aplacar as insuperáveis crises do capital.

Os estudos partem da compreensão de que o debate sobre o próprio caráter do Estado é imprescindível para qualquer discussão que se queira realizar sobre a natureza das políticas educacionais em uma sociedade cindida em classes. Conforme já anunciado, uma das preocupações do grupo Lute é justamente a superação dessa visão dicotômica e simplista entre público e privado no campo educacional, mesmo entre estudos que se colocam em uma perspectiva crítica à lógica do capital.

Na tradição marxista, a compreensão de Estado, sistematizada por Lênin em 1917 na obra *O Estado e a Revolução*, mediante os ensinamentos de Marx e Engels, toma o Estado como “[...] o produto e a manifestação do caráter inconciliável das classes” (Lênin, 2017, p. 29), e seu surgimento manifesta-se na medida em que as contradições de classe não podem ser objetivamente conciliadas. Gramsci (2022, p. 381), um grande leitor de Lênin, e atento às novas formas de dominação do Estado burguês, dirá que “[...] o Estado *ut sic* não produz a situação econômica, mas é a expressão da situação econômica”.

Sua leitura materialista e profundamente dialética o levará a compreender o Estado de forma ampliada, o levando a entendê-lo sob um caráter integral. Isto é, o que Gramsci irá perceber é que a existência de aparelhos próprios da administração pública e os pertencentes da administração privada não atuam separadamente. Pelo contrário, é preciso considerá-los em sua relação orgânica. A separação entre o que ele chamara de “aparelhos privados de hegemonia” (imprensa, igreja, partidos, sindicatos, dentre outros) e os aparelhos de Estado dá-se unicamente em termos metodológicos, posto que no Estado integral a sociedade política e a sociedade civil se comportam em uma relação de “unidade-distinção”. Operam em seus aparatos próprios, mas estão organicamente articulados nas mesmas relações de forças sociais, constituindo a hegemonia de classe. Assim, a fórmula “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (Gramsci, 2012, p. 248, C. 6, § 88) sintetiza a noção de que o Estado é composto pela sociedade política, na qual predomina a coerção, e pela sociedade civil, na qual prevalece a persuasão e a hegemonia.

Importa destacar que ao compreender a sociedade civil como um conjunto de organismos vulgarmente tomados como “privados”, são aparelhos de hegemonia e vinculam-se às classes sociais e, portanto, ao mundo da produção. Nesse sentido, os estudos produzidos pelo Lute, ao abordarem a infinidade de aparelhos de hegemonia presentes na elaboração, difusão e gerenciamento das políticas educacionais, como o Movimento Todos pela Educação, o Movimento pela Base, os processos de terceirização, dentre outros, evidenciam, concretamente, a relação da educação com o processo de manutenção da ordem do capital, que garantem a hegemonia de classe.

O terceiro bloco, composto pela pesquisa de Melgarejo (2023) e Kalenguessa (2023), expressa o movimento do Lute em direção a apreender a particularidade do exercício hegemônico em dois continentes distintos, mas que se aproximam pela condição de dependentes na esfera do imperialismo mundial liderado pelos Estados Unidos.

Sabe-se que a América Latina, bem como o continente africano, tem a sua história atravessada por brutais processos de expropriação por parte das potências europeias, ao reduzir os povos de outros continentes à condição de colonizados, em que pese as lutas de resistência por independência e construção de processos revolucionários. Essas lutas deixaram suas marcas e se fazem presentes na atualidade ante o imperialismo norte-americano, que atua em completa cumplicidade e cooptação com as diferentes frações burguesas dessas regiões.

Nesse sentido, a manutenção da condição de subordinação dessas regiões aos atuais ditames do capital é realizada sistematicamente, buscando estabelecer novos consensos com as frações empresariais locais. Assim que, tanto a Reduca quanto o PAT I, objetos de pesquisa de Melgarejo (2023) e Kaenguesa (2023), respectivamente, procuram evidenciar, mediante análise documental, o reiterado discurso presente em tais documentos de que esse conjunto de países sofreria de uma baixa produtividade em suas economias, sustentando o argumento de que o aumento na escolaridade da população ampliaria diretamente a produtividade, pressupondo, portanto, uma falsa e linear relação entre educação e competitividade empresarial. Por óbvio, negando as novas formas de expropriação da força de trabalho.

Diante desse cenário é que agem os organismos supranacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na formação de redes sociais, no caso em questão, a Reduca. Essa se constitui de diversos aparelhos privados de hegemonia para atuar na efetivação de reformas educacionais na América Latina. Por sua vez, o Banco Mundial (BM) financia, em parceria com o Ministério da Educação de Angola (MED), o PAT I nesse país no sul da África, cuja gestão está a cargo da Fundação Calouste Gulbenkian, uma fundação privada da união europeia, para apoio técnico e metodológico na formação contínua dos professores, dentre outras intervenções. Em ambos os casos, o que está em jogo é a implantação das avaliações em larga escala, padronizações curriculares e controle do trabalho docente.

Os APHs envolvidos nesse processo de contrarreformas na região produzem, em uníssono, ainda que sob diferentes nuances, um diagnóstico catastrófico para a educação a partir dos resultados verificados nas avaliações em larga escala organizadas pela Unesco e OCDE, cujo responsável seria o professor, tendo em vista o seu atraso formativo. Como solução, defendem a profissionalização docente, materializada em políticas meritocráticas

para ingresso e permanência na carreira docente, articuladas com a defesa das reformas curriculares para promover a adaptação às novas “habilidades do século XXI”, protagonizadas pelo uso de tecnologias e habilidades socioemocionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito longe de esgotar todo o debate que as diferentes pesquisas produzidas ao abrigo do Lute trouxeram, sumariamente aqui apresentadas, sobretudo no que diz respeito ao trato efetivado ao rico repertório conceitual de Gramsci, procurou-se, neste artigo, ao reconstituir a trajetória de dez anos de existência do grupo Lute, evidenciar a essencialidade de Gramsci na análise das políticas educacionais. Como definimos na introdução, o grupo de pesquisa Lutas Sociais, Trabalho e Educação mais que um espaço de construção de conhecimento, é um espaço de formação crítica, coletiva e defende a importância de estar no apoio das lutas sociais que visam a superação do modo de produção capitalista.

No movimento de diálogo teórico-conceitual com Antonio Gramsci, um leque de problemáticas importantes se abre nas discussões, que foram fundamentais para superar a clivagem “público versus privado” na análise das políticas educacionais e redimensioná-la à perspectiva da totalidade. Importante destacar que as reformas educacionais são aqui entendidas como expressão do movimento do capital para manter seu processo de acumulação.

Travestidas de flexibilização e modernização das relações de trabalho e modernização da gestão dos recursos públicos, tais reformas (ou contrarreformas) seriam impossíveis de serem elucidadas na sua complexidade sem se compreender o Estado integral e a função dos intelectuais organizados em seus aparelhos de hegemonia para garantir o consentimento ativo da classe trabalhadora diante do movimento do capital de valorização do valor, concedendo aos capitalistas a expansão de seus negócios. De igual modo, Gramsci pode contribuir no enfrentamento à altura por parte da classe trabalhadora, que precisa se organizar em seus próprios aparelhos de hegemonia ao fortalecer seus partidos, sindicatos, coletivos e movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

ALIAGA Luciana; BIANCHI, Alvaro. Força e consenso como fundamentos do Estado: Pareto e Gramsci. *Revista Brasileira de Ciência Política - RBCP*, v. n° 5, p. 17-36, 2011.

DECKER, Aline Inácio. Os Intelectuais Orgânicos do Capital na Formulação de Políticas Educacionais para o Ensino Médio. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2023.

DEL ROIO, M. As Revoluções Passivas na América Latina e a Debilidade da Hegemonia Burguesa nas Periferias. In: SILVEIRA, Zuleide Simas da e DUARTE, Luiz Claudio (Org.). *As Revoluções Passivas na América Latina e a Debilidade da Hegemonia Burguesa nas Periferias*. Marília: Lutas Anticapital, 2023, v. 01, p. 147-159.

FAUST, Juliana. A hibridização e a flexibilização das relações de trabalho de professoras na atuação de Organizações da Sociedade Civil: Novas Formas de subsunção ao capital. Tese, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2023.

FRESU, Gianni. Antonio Gramsci, o homem filósofo: uma biografia intelectual. São Paulo: Boitempo, 2020.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

JUNG, Pâmela Regina. O Mercado de Trabalho e o Jovem Trabalhador no “sala de emprego” do Jornal Hoje. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.

KALENGUESSA, Filipe Joaquim. PAT I - Parceria Entre o Banco Mundial e o Estado Angolano: Políticas Educacionais no Radar do Capital-Imperialismo. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2023.

MELGAREJO, Mariano Moura. As políticas educacionais sob a hegemonia burguesa: a atuação da Rede Latino-americana de Entidades da Sociedade civil pela Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2023.

MORAIS, Samara Madureira. O movimento pela Base e a (con)formação da classe trabalhadora no Novo Ensino Médio. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2023.

NIENKOTTER, Alessandra Luíse. Dirigir o pensamento e influir no futuro: A (re)produção de consensos sobre a educação básica brasileira no jornal Valor Econômico de 2016 a 2021,

Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2023.

SANTOS, Marcia Luzia dos. Formação continuada na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis: Financeirização da educação básica e a (con)formação docente. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2019.

TEIXEIRA, Rodrigo Kaufmann. A concepção educacional da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC): Uma análise da revista Indústria & Competitividade (2013-2018). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2019.

NOTAS

1. Doutor em Educação pela Universidade de Passo Fundo. Professor no curso de Pedagogia e Pós-Graduação em Educação UDESC/FAED. (Grupo de pesquisa LUTE -Lutas Sociais, Trabalho e Educação). E-mail: ivan.dourado@udesc.br . <https://orcid.org/0000-0002-4529-831X>
2. Doutora em Educação pela Universidade federal de Santa Catarina. Professora Titular no curso de Pedagogia e Pós-Graduação em Educação UDESC/FAED. Grupo de pesquisa LUTE -Lutas Sociais, Trabalho e Educação). Email: marileia.silva@udesc.br . <http://orcid.org/0000-0001-8746-9001> .
3. O Grupo de Pesquisa Lutas Sociais, Trabalho e Educação (Lute) está sediado no Centro de Ciências Humanas e da Educação (Faed), Campus I, da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) ao abrigo do Laboratório Lute, de mesmo nome.
4. Importante sublinhar a presença forte dos grupos de pesquisa Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT) e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho (Gepeto), ambos da UFSC, na constituição e fortalecimento do grupo Lute. Embora outros grupos e pesquisadores tenham contribuído, foram inúmeras as atividades realizadas em conjunto com esses grupos, dentre as quais mencionamos a participação em bancas de defesas, organização de eventos, cursos, palestras, coorientações, publicações de artigos e livros, supervisão de pós-doutoramento, dentre outros. Além da proximidade geográfica, coabitamos a cidade de Florianópolis, temos em comum a perspectiva do materialismo histórico-dialético no interior de universidades públicas.
5. Optamos por trazer para o estudo em tela apenas as pesquisas de mestrado e doutorado defendidas no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Udesc e que tiveram, nessa trajetória de 10 anos, o referencial primordial em Gramsci. Essas pesquisas têm em comum a orientação da profa. dra. Mariléia Maria da Silva. Mais recentemente o grupo conta com a presença do prof. dr. Ivan Penteado Dourado, vinculado ao curso de Pedagogia da Faed e do PPGE, que vem somando esforços no adensamento teórico-metodológico do grupo e abrindo novas frentes de investigação à luz de Gramsci. Outras pesquisas ao abrigo do grupo Lute foram desenvolvidas nesse período, todas na perspectiva marxista, mas sem essa centralidade
6. Premiada com menção honrosa no Prêmio Capes 2020.

Recebido em 4 de junho de 2024

Aceito em 4 de junho de 2024

Editado em junho de 2024